

PL que favorece carreira de guardas municipais é aprovado em 1º turno

Assunto:

PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA



Vereadores se revezaram ao microfone para questionar projetos e ações da prefeitura (Foto: divulgação CMBH)

Apoiado tanto pela base quanto pela oposição, foi aprovado na reunião extraordinária desta quinta-feira (29/10) projeto de lei que altera o Plano de Carreira da Guarda Municipal de Belo Horizonte permitindo que servidores efetivos de classe especial possam ser nomeados para todos os cargos comissionados de 3º nível hierárquico da instituição, inclusive o de comandante. Em 2º turno, com apenas 12 votos favoráveis, ficou prejudicado PL que cria cargos na Fundação Mineira de Cultura; veto parcial do prefeito ao Plano Municipal para Humanização do Parto foi mantido, apesar dos oito votos pela rejeição.

Alterando dispositivos da Lei 10.497/12, que institui o plano de carreira da GMBH, o PL 1626/15, de autoria do Executivo, determina que o provimento dos cargos em comissão da estrutura organizacional da instituição passe a ser de recrutamento restrito, com a indicação de ocupantes dos postos hierárquicos de Guarda Municipal de classe especial e postos hierárquicos subsequentes. Os servidores efetivos poderão ser nomeados para todos os cargos públicos comissionados da estrutura organizacional da GMBH pertencentes ao seu 3º nível hierárquico, inclusive o de comandante; este deverá ser exercido preferencialmente por ocupante do posto de superintendente, após o provimento de todas as vagas deste posto.

De acordo com a justificativa, a mudança decorre diretamente da ?evolução das relações funcionais entre o Poder Executivo e os guardas municipais, categoria que, ao longo do tempo, tem demonstrado maturidade, comprometimento e responsabilidade no desempenho de suas atribuições, afiançando que um de seus integrantes possa se habilitar a comandar seus pares e a dirigir a própria Guarda Municipal, nos seus aspectos técnico e operacional?.

Categoria apoia emendas

Satisfeitos com a aprovação da matéria, integrantes da Guarda Municipal acompanharam a reunião, após a qual agradeceram pessoalmente ao presidente da Casa, Wellington Magalhães (PTN). O parlamentar convidou a categoria a comparecer em peso à votação do PL em 2º turno, quando serão apreciadas as emendas apresentadas ao texto, incluindo duas de sua própria autoria (Emendas nº 4 e nº 5), as quais, segundo eles, beneficiam ainda mais a carreira da categoria.

Criação de cargos na FMC não atinge quórum

Em 2º turno, com seis votos contrários e apenas doze favoráveis, não atingiu o quórum necessário para aprovação (21 vereadores) o PL 1665/15, também de autoria do Executivo. A matéria propõe alterações na Lei 9.011/15 permitindo a criação de 400 novos cargos de direção e assessoria na estrutura da Fundação Municipal de Cultura. Em seu encaminhamento pela aprovação, o vereador Preto (DEM) alegou que a criação de uma instância executiva municipal responsável pela gestão integrada da área seria um requisito da própria Unesco para a efetivação do reconhecimento do Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio Cultural da Humanidade, que fomentará o turismo e gerará novos investimentos na economia local.

Contestando a informação do líder do governo, Joel Moreira (PTC), Reinaldo Sacolão (PMDB) e os petistas Pedro Patrus, Juninho Paim, Adriano Ventura e Tarcísio Caixeta criticaram a proposta, que representaria um "inchaço" da máquina pública justamente no momento em que o corte de despesas e a crise financeira são alegados pelo município para negar as reivindicações dos servidores, inclusive de setores fundamentais como a educação e a saúde, que vêm promovendo mobilizações e greves desde o início do ano. Além de inoportuno, para os parlamentares o projeto é desnecessário, já que a tal instância pode ser criada a partir de reestruturações e remanejamentos dos recursos humanos já disponíveis.

CPI da Pampulha

Retomando assunto abordado por Patrus no "pinga-fogo", Sacolão criticou a proposta de privatização dos parques municipais e a cobrança de taxas para a realização de ensaios fotográficos nos espaços públicos da cidade, alertando para a possibilidade de que a valorização da Pampulha não venha a beneficiar a população da cidade. Caixeta sugeriu a suspensão da matéria, o que acabou não ocorrendo. Com um total de apenas 18 votos, o projeto e a reunião ficaram prejudicados.

Além de desaprovar a oneração da folha de pagamento do município enquanto os atuais servidores enfrentam desvalorização das carreiras e perdas salariais, Joel Moreira e Pedro Patrus criticaram a ausência de prestação de contas e não atingimento dos resultados previstos no desassoreamento, limpeza e despoluição da Lagoa da Pampulha, que já consumiram um grande montante de recursos públicos. Para apurar dúvidas referentes à licitação e à destinação dos recursos e até mesmo solicitar a anulação do processo, os parlamentares propuseram a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal.

Veto mantido e apreciações suspensas

Com 19 votos favoráveis e apenas oito contrários, foi mantido o veto parcial do prefeito ao PL 1202/14, que institui o Plano Municipal para Humanização do Parto. Assinada por Veré da Farmácia, a proposta teve vetados os artigos 7, 11 e 16. Para Pedro Patrus, os dispositivos excluídos esvaziam e reduzem a efetividade da proposta, que beneficiaria gestantes e recém-nascidos da capital.

Também de autoria do Executivo, os PLs 1461/15 e 1505/15, em 2º turno, e 1579/15 e 1747/15, em 1º, com quórum de 28 votos para aprovação, tiveram a apreciação suspensa a pedido de Preto, conforme o artigo 142 do Regimento Interno.

Alagamentos e outros assuntos

Durante o pinga-fogo, referindo-se aos episódios registrados na última chuva que atingiu a capital, Reinaldo Sacolão e Juninho Paim criticaram o asfaltamento indiscriminado de vias e a ausência de intervenções para evitar os alagamentos, que geram prejuízos materiais e perda de vidas. Questionando as prioridades da Administração Municipal, Paim mencionou ainda o prolongamento da greve dos professores e a terceirização de funções da Prodabel, a um custo de R\$ 7 milhões.

Citando o confisco da mercadoria e a multa aplicada a um tradicional vendedor de flores da praça Duque de Caxias, em Santa Tereza, Arnaldo Godoy (PT) lamentou a perseguição da prefeitura a ambulantes, artistas, bares e pequenos empreendimentos da cidade, enquanto grandes empresas obtêm descontos e perdão de dívidas e impostos atrasados. Godoy solicitou ainda que sejam discutidas, pelo Legislativo e a sociedade, as alterações na programação e a descaracterização da história da Rádio Inconfidência, tradicionalmente voltada à divulgação da cultura e da arte do nosso povo.

Em sua fala, Jorge Santos (PRB) refutou a acusação de "babaca", "agressor de mulheres" e "capacho da IURD e do bispo Edir Macedo", feita pela professora e sindicalista Andréa Ferreira, em audiência pública que resultou em ocupação e vereadores mantidos presos no plenário. O vereador exibiu um vídeo comprovando sua versão e assegurou que, caso a servidora não se retrate e se desculpe, entrará com ação por calúnia e difamação.

Veja o vídeo completo.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Quinta-Feira, 29 Outubro, 2015 - 00:00
